MODERNOS & CONTEMPORÂNEOS

Revista de Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, v. 9, n. 22., jul./dez., 2025.

Sofrimento estudantil na universidade: interlocução entre psicanálise, neoliberalismo e colonialidade

Student suffering in the university: dialogue between psychoanalysis, neoliberalism and coloniality

Beatriz Almeida Gabardo Traldi[1]
Gustavo Marques de Oliveira[2]
Fernando Alberto Pozetti Filho[3]
Kelly Cristina Brandão da Silva[4]

Resumo: Este artigo analisa o mal-estar universitário a partir da interseção entre psicanálise, neoliberalismo e colonialidade do saber, com base no relato de um estudante de uma universidade pública. A pesquisa, realizada por meio de grupos de escuta, permite compreender o sofrimento não apenas como experiência individual, mas como sintoma social. Discute-se como a lógica neoliberal de produtividade e responsabilização individual, articulada a hierarquias epistêmicas eurocêntricas, produz angústia, culpa e desamparo. A escuta psicanalítica evidencia os efeitos dessas contradições estruturais, mostrando que as pressões por desempenho e a medicalização do sofrimento reforçam a individualização e ocultam determinantes sociais e raciais, ao mesmo tempo em que favorecem a criação de espaços coletivos de resistência e emancipação.

Palavras-chave: Universidade; Psicanálise; Sintoma Social, Neoliberalismo; Colonialidade.

Abstract: This article examines university's discontents at the intersection of psychoanalysis, neoliberalism, and the coloniality of knowledge, based on the account of a student from a public university. The research, conducted through listening groups, allows for an understanding of suffering not merely as an individual experience but as a social symptom. It discusses how the neoliberal logic of

1 Doutoranda em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM/UNICAMP). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1905-751X email: beatriz_gabardo@hotmail.com.

2 Graduando em psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); Orcid: https://orcid.org/0009-0000-2598-7532 email: gumarques.oli@gmail.com.

3 Doutorando em filosofia (UNESP) e educação (USP); https://orcid.org/0000-0002-4814-536X email: felafilho@gmail.com.

4 Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP); docente da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM/UNICAMP). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3512-1481; email: kcbsilva@unicamp.br.

productivity and individual accountability, intertwined with Eurocentric epistemic hierarchies, generates anxiety, guilt, and helplessness. Psychoanalytic listening reveals the effects of these structural contradictions, showing that performance pressures and the medicalization of suffering reinforce individualization and conceal social and racial determinants, while simultaneously fostering the creation of collective spaces for resistance and emancipation.

Key-words: University; Psychoanalysis; Social Symptom; Neoliberalism; Coloniality.

Introdução

A universidade contemporânea, especialmente em contextos marcados pelo neoliberalismo, tem sido palco de tensões profundas entre promessas de emancipação e práticas de exclusão (Dunker, 2015; Rosa, 2022). Enquanto se apresenta como espaço de desenvolvimento intelectual, crítico e social, a instituição frequentemente reproduz desigualdades estruturais e pressões performativas que impactam a saúde mental dos estudantes. Esse mal-estar, longe de ser uma questão puramente individual, se articula com mecanismos sociopolíticos e culturais mais amplos, atravessando classe, raça, gênero e outros marcadores sociais (Ehrenberg, 2010; Han, 2017).

No contexto dessa reflexão, o sofrimento psíquico não pode ser compreendido apenas como resultado de características individuais ou déficits de adaptação, mas como sintoma de processos históricos, econômicos e epistêmicos que atravessam a vida universitária (Safatle, 2016; Rosa, 2015; Farias, 2020). A perspectiva psicanalítica, nesse contexto, oferece um aparato teórico capaz de capturar a dimensão subjetiva do sofrimento, articulando-a com determinantes estruturais e sociopolíticos, permitindo compreender o que Safatle (2025) denomina de "inconsciente como hipótese política".

O presente estudo se propõe a analisar o sofrimento estudantil a partir de um relato obtido em um grupo de escuta realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), articulando uma abordagem psicanalítica crítica com teorizações acerca dos efeitos do neoliberalismo e da colonialidade do saber no campo do ensino superior. Ao centrar a análise no caso de J., estudante que vivenciou barreiras acadêmicas, emocionais e institucionais, busca-se demonstrar como a experiência individual de adoecimento reflete contradições estruturais da universidade contemporânea, revelando tensões entre promessas de ascensão social, práticas de exclusão e medicalização do sofrimento (Fernandes, 1975; Safatle, 2025).

Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para a reflexão sobre a saúde mental na universidade, sobretudo em relação aos discentes, propondo que o sofrimento não seja apenas medicalizado ou psicologizado, mas politizado e compreendido em seu contexto social, histórico e institucional. A escuta psicanalítica, nesse sentido,

emerge como ferramenta tanto de compreensão quanto de resistência, capaz de desvelar a interseção entre subjetividade e estruturas de poder (Fanon, 2005; Birman, 2019).

Metodologia

A pesquisa[5] aqui apresentada segue uma abordagem qualitativa, buscando compreender o sofrimento psíquico de estudantes universitários no contexto da universidade contemporânea. Para tanto, foram realizados grupos de escuta, os quais se configuram como espaços coletivos de narrativa e escuta psicanalítica, concebidos como ambientes seguros para o compartilhamento de experiências subjetivas e sociopolíticas.

Os participantes são estudantes de graduação de diferentes cursos da UNICAMP, com diversidade de gênero, raça/etnia e trajetória socioeconômica. A participação foi voluntária, com assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido, garantindo anonimato e confidencialidade. As sessões foram registradas por meio de anotações em diário de campo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da referida universidade (CAAE: 83765024.5.0000.5404).

O relato de J., um estudante negro de um curso de graduação da área de exatas, oriundo de família de trabalhadores da construção civil, foi selecionado como exemplo paradigmático: sua trajetória ilustra como barreiras acadêmicas, pressões institucionais e medicalização do sofrimento se articulam com processos estruturais de exclusão e desigualdade, revelando o mal-estar sociopolítico que atravessa a vida universitária contemporânea.

Dessa forma, a metodologia não apenas captura experiências individuais de sofrimento, mas permite compreender sintomas sociais e tensões estruturais que se manifestam na universidade, oferecendo uma base sólida para uma análise crítica e psicanalítica do fenômeno estudado.

O caso de J.

J. foi o primeiro participante a chegar ao grupo de escuta, realizado com a presença de outros dois estudantes de graduação, na moradia estudantil da universidade. Autodeclarado homem negro, de voz amistosa e postura reflexiva, iniciou sua fala reconhecendo a relevância da pesquisa e expressando o desejo de contribuir com sua experiência, por compreender que muitos colegas atravessam dificuldades semelhantes.

Desde a adolescência, J. destacou-se como aluno de escola pública e relatou possuir um Q.I. acima da média. Ao concluir o Ensino Médio, ingressou na Unicamp em um curso concorrido da área de exatas, movido pela expectativa de que a universidade representaria uma possibilidade de ascensão social e de retribuição ao

5 Este trabalho contou com o apoio à pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (processos nº 2023/17975-6 e 2024/20861-5).

esforço de sua família, composta majoritariamente por trabalhadores da construção civil — pedreiros, gesseiros e mestres de obras. Para ele, a universidade simbolizava a chance de romper com o destino de trabalho informal e braçal, projetando-se em uma trajetória profissional condizente com seus sonhos e com o investimento coletivo de sua família.

Entretanto, desde o início do curso, J. enfrentou dificuldades em acompanhar o ritmo das disciplinas e as exigências acadêmicas. Confrontou-se com a sensação de "não saber nada", experiência que contrastava fortemente com sua trajetória anterior de êxito. As reprovações sucessivas o isolaram dos colegas e o sistema de pré-requisitos acabou por deixá-lo cursando disciplinas de forma fragmentada e solitária. Às vésperas de um possível jubilamento, J. relata sentir-se preso a um ciclo de fracasso e desânimo, que afeta também sua motivação para construir uma carreira.

Diante desse sofrimento, buscou atendimento nos serviços de saúde mental oferecidos pela universidade, participando de atendimentos individuais e de grupos terapêuticos, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Nesses espaços, ouviu relatos de outros estudantes sobre o uso de psicofármacos e, ao identificar-se com tais experiências, iniciou também tratamento medicamentoso. Segundo ele, o contato com essas narrativas despertou um "clique" — um desejo de experimentar os possíveis efeitos benéficos das drogas psiquiátricas, tanto no campo subjetivo quanto no cognitivo. Sua fala evidencia o modo como o sofrimento psíquico se inscreve na vida universitária e como os espaços de escuta e acolhimento possibilitam uma politização desse sofrimento, articulando-o às dimensões sociais e coletivas da existência (Safatle, 2025; Fanon, 2005).

Ao longo dos anos na universidade, J. observou transformações significativas no ambiente estudantil. Menciona uma "virada conservadora" nas formas de convivência, nos modos de se vestir e nas expressões políticas e culturais. Segundo ele, mesmo com a ampliação da diversidade proporcionada pelas novas modalidades de ingresso, há um fortalecimento de discursos e práticas conservadoras, exemplificado pela presença crescente de grupos religiosos — especialmente evangélicos — que abordam estudantes nos campi e até em festas universitárias.

J. e os demais participantes também mencionaram as precariedades da Moradia Estudantil, destacando as dificuldades de convivência e de interação social, mas reconhecendo que certos grupos — como os estudantes indígenas — utilizam o espaço público da Moradia como local de encontro, festa e resistência. Nenhum dos presentes afirmou participar de coletivos ou movimentos estudantis.

Sofrimento sociopolítico e universidade neoliberal

O laço social produzido pelo sistema discursivo do capitalismo é marcado pela violência. Segundo Rosa (2015), ele se estrutura pela imposição intensiva do

gozo, presente nos mecanismos de consumo excessivo, busca por lucro e nas próprias experiências de angústia e sofrimento. Desse modo, observa-se que as leis culturais e civilizatórias, ao estruturarem a experiência humana, tornam inevitável que certos aspectos do sujeito se tornem incompatíveis com as exigências sociais. Em outras palavras, o avanço da sociedade produz, como efeito, um resto pulsional (Farias, 2020).

Os discursos de poder que circulam na sociedade — jurídico, médico, político — produzem signos que retornam ao laço social como experiências violentas, atravessadas pela exclusão e vulnerabilidade. Nesse contexto, figuras como o delinquente, o louco e o pobre não são realidades naturais, mas categorias socialmente produzidas e inscritas nos discursos que evidenciam a dimensão sociopolítica do sofrimento. Sob essa perspectiva, os dilemas sociais, atravessados por processos históricos de exploração e humilhação, ocultam diversas formas de violência e de silenciamento, como os desastres naturais, contaminações provenientes da mineração e a indústria da fome, cujos impactos recaem de maneira desproporcional sobre grupos vulneráveis, intensificando a precariedade que enfrentam (Farias, 2020; Rosa, 2015).

Nessa perspectiva, o sofrimento sociopolítico pode ser compreendido como o diálogo entre as dimensões social e psíquica, ou como uma aproximação entre política e psicanálise, na medida em que as demandas de restrição pulsional variam conforme o posicionamento do sujeito nos laços sociais. Assim, o processo civilizatório articula suas exigências restritivas de modo que determinados grupos desfrutem de maior proteção, enquanto outros se submetem a dinâmicas de exploração, inscrevendo o sofrimento e o mal-estar na lógica da desigualdade (Rosa, 2022).

Costa (2024) expõe as práticas reducionistas, como a individualização, a psicologização, a patologização e a medicalização do sofrimento, como propulsoras da despolitização da saúde mental. Nesse cenário, Rosa (2022) aponta que a desvalorização da condição econômica, racial, cultural, religiosa, entre outras, organiza e sistematiza o silenciamento do sujeito que, privado de sua capacidade de se inscrever no discurso hegemônico, é colocado diante do desamparo discursivo, do choque narcísico e da irrupção do traumático. A autora compreende que a economia psíquica, a fantasia, o desejo e as formações do inconsciente variam conforme o posicionamento do sujeito no discurso e no laço social. Com base na psicanálise de tradição lacaniana, o inconsciente é estruturado como linguagem, organiza-se como discurso do Outro e manifesta-se politicamente, evidenciando a dimensão sociopolítica do próprio inconsciente.

Nesse contexto, a imposição do discurso neoliberal opera como continuidade das violências estruturais previamente discutidas, articulando-se ao laço social e à subjetividade de modo a naturalizar a precarização e a responsabilização individual. O que antes era valorizado como potência emancipatória do saber — sua capacidade de problematizar, refletir e promover transformações sociais — cede lugar à lógica

da eficiência, do capital simbólico e econômico, convertendo o conhecimento em instrumento de desempenho e competição (Dunker, 2015).

Traldi et al. (2024), ao discutirem os efeitos do neoliberalismo no campo da Educação, especificamente no que diz respeito ao sofrimento psíquico de docentes de universidades públicas brasileiras, assinalam que a lógica produtivista impõe aos docentes uma constante pressão por resultados mensuráveis, subordinando a prática acadêmica a critérios empresariais de eficiência e competitividade. Esse mal-estar é agravado pela precarização dos laços coletivos e pela ausência de solidariedade no ambiente acadêmico, gerando sentimentos de isolamento, insatisfação e adoecimento. Ao mesmo tempo, a perspectiva interseccional evidencia que esse sofrimento não é uniforme: docentes negras, mulheres e mães enfrentam desafios adicionais decorrentes do racismo estrutural e da desigualdade de gênero, revelando que a experiência docente é atravessada por múltiplos eixos de opressão.

A exigência incessante de produtividade, performatividade e autogestão, intensifica o sofrimento sociopolítico, tornando subjetivamente impossível conciliar as demandas impostas pelo sistema com os limites pulsionais do sujeito. Nesse sentido, a universidade e o espaço educacional reproduzem o que Dardot e Laval (2016) chamam de "sujeito empresarial", no qual a liberdade e a autonomia aparentes escondem a responsabilização integral do indivíduo por sua própria precariedade. Assim, o sujeito é livre apenas para escolher a forma de sua sujeição ao capital, enquanto a ansiedade, a depressão e a síndrome de burnout, emergem como efeitos da incompatibilidade entre a dimensão subjetiva e as exigências neoliberais (Ehrenberg, 2010; Han, 2017).

Essa lógica do capital e da instrumentalização repercute na dificuldade de reconhecimento da alteridade e nas relações sociais, conforme evidenciado por Birman (2019). O outro passa a ser valorizado apenas por sua capacidade de servir ao gozo individual, deslocando práticas de cuidado e solidariedade para uma esfera marcada pelo consumo e pelo cálculo da utilidade. A tecnociência segue o mesmo padrão: a produção do conhecimento se orienta pela funcionalidade e pelo controle, subordinando-se à lógica do acúmulo, da extração e da certeza operacional (Silva Júnior, 2018).

Na saúde mental, essa transformação se manifesta na hegemonia de classificações diagnósticas rigorosas e na adoção de tratamentos padronizados, fortemente influenciados pelo *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), atualmente em sua quinta edição revisada, e pela *Classificação Internacional de Doenças* (CID), cuja 11ª versão incorpora critérios sobre transtornos mentais em consonância com o DSM. Essas classificações objetivam categorizar o sofrimento e uniformizar as intervenções, reduzindo o sujeito à condição de objeto de análise, apagando sua experiência singular e deslocando a responsabilidade pelo sofrimento para fatores biológicos e individuais (Silva Júnior, 2018). Dessa forma,

o conhecimento deixa de constituir um espaço de reflexão crítica e emancipatória, reproduzindo uma lógica de controle social e instrumentalização da vida psíquica.

A experiência de J. evidencia como o sofrimento estudantil transcende a esfera individual, configurando-se como sintoma de processos estruturais e culturais que atravessam a universidade contemporânea. Sua trajetória demonstra o entrelaçamento entre desigualdades sociais, expectativas familiares, transformações institucionais e mudanças culturais mais amplas, dimensões que se inscrevem na subjetividade e produzem formas complexas de sofrimento e resistência no espaço universitário.

Desde o ingresso, J. experimenta a responsabilização individual por seu desempenho acadêmico, enquanto barreiras estruturais — como repetição de disciplinas, sistema de pré-requisitos e desigualdades de base — permanecem invisibilizadas. O estudante se insere, assim, no laço social contemporâneo, marcado pela competitividade, pela instrumentalização das relações e pela centralidade do "eu", em detrimento do outro e dos projetos coletivos (Birman, 2019). Nesse contexto, a universidade surge como um espaço privilegiado de expressão dessas novas formas de subjetivação, nas quais a lógica da performance e da produtividade se sobrepõe à experiência do desejo e do saber.

A trajetória de J. exemplifica, de maneira paradigmática, como a instituição universitária, sob o imperativo neoliberal, funciona como uma "fábrica de resultados", convertendo o ideal de formação em exigência de rendimento e responsabilizando o sujeito por seu próprio sucesso ou fracasso. Nessa lógica, os efeitos das desigualdades sociais, raciais e econômicas são desconsiderados, e o sofrimento decorrente dessa pressão é internalizado como falha pessoal (Dunker, 2015; Rosa, 2022; Dardot & Laval, 2016). Dessa forma, a cobrança incessante por produtividade e excelência, característica do discurso neoliberal, promove ansiedade, culpa e sensação de inadequação (Rosa, 2022; Dardot & Laval, 2016).

O sofrimento de J. também reflete processos mais amplos de despolitização da experiência estudantil. Ao enfrentar reprovações e isolamento, o estudante se vê inserido em um ciclo em que o mal-estar é atribuído à sua suposta incapacidade, enquanto dimensões sociais, econômicas e raciais permanecem desconsideradas (Costa, 2024). Nesse cenário, estratégias de automedicação — como o uso de psicotrópicos — ilustram a medicalização do sofrimento, típica da racionalidade neoliberal que reduz questões estruturais a problemas individuais (Ehrenberg, 2010; Han, 2017; Silva Júnior, 2018).

Sob essa perspectiva, a universidade não apenas exige desempenho e competitividade, mas orienta os estudantes a internalizar essas demandas como responsabilidade pessoal, gerando um mal-estar sociopolítico que articula precarização acadêmica, vulnerabilidade subjetiva e imposição de normas produtivistas. A experiência de J., na qual dificuldades institucionais se articulam

com sofrimento psíquico e adoecimento, evidencia a necessidade de compreender a saúde mental no contexto universitário não apenas como fenômeno clínico, mas como expressão das contradições sociais e estruturais que atravessam a vida acadêmica contemporânea.

Colonialidade, branquitude e exclusão epistemológica

A universidade moderna nunca se constituiu enquanto um espaço neutro ou desinteressado de produção e reprodução do conhecimento. Sua emergência está intrinsecamente vinculada aos projetos civilizatórios europeus e à construção do Estado-nação, funcionando como dispositivo central na consolidação de uma razão que, embora se pretendesse universal, era profundamente marcada por particularismos étnicos e culturais. O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) cunhou o conceito fundamental de "colonialidade do poder" para descrever a persistência das estruturas de dominação colonial muito além dos períodos históricos formalmente coloniais, operando principalmente através do controle dos mecanismos de produção de conhecimento, das subjetividades e das formas de autoridade epistemológica.

Neste quadro teórico, a "colonialidade do saber" configura-se como um eixo específico dessa dominação, referindo-se aos processos sistemáticos de hierarquização global dos conhecimentos, onde os saberes de matriz europeia são consagrados como universais, científicos e superiores, enquanto os saberes de povos indígenas, africanos, asiáticos e de outras matrizes civilizatórias são relegados à condição de conhecimentos particulares, locais, folclóricos, inferiores ou simplesmente invisibilizados e apagados do meio acadêmico (Quijano, 2005).

A universidade, portanto, não é passiva neste processo, mas opera ativamente como um aparato crucial de manutenção, reprodução e naturalização dessa colonialidade epistêmica. Seu currículo oficial, suas obras consideradas canônicas, suas metodologias hegemônicas de pesquisa, seus critérios de rigor científico e validade teórica são, em sua imensa maioria, influenciados por um paradigma eurocêntrico que estabelece como norma uma específica forma de ser, de saber e de exercer o poder, silenciando outras epistemologias e modos de conhecer.

Neste contexto desafiador, a psicanálise, desde suas origens freudianas, oferece um arsenal teórico e clínico capaz de apontar os complexos mecanismos operantes de internalização dessas estruturas de dominação e o sofrimento psíquico delas derivado. Na obra *O mal-estar na civilização* (1930/2010), Sigmund Freud demonstra como as exigências da cultura e os imperativos civilizatórios se inscrevem de forma permanente no aparelho psíquico, configurando a instância superegóica e inscrevendo-se na própria expressão dos desejos através da renúncia pulsional necessária à vida em sociedade.

A violência epistêmica inerente à colonialidade pode ser lida, a partir desta perspectiva, como uma dessas exigências culturais particularmente perversas: um

imperativo civilizatório que opera uma violenta e assimétrica renúncia pulsional sobre os sujeitos racializados, exigindo-lhes a constante assimilação a um ideal normativo de humanidade que é, em sua essência, branco, masculino, burguês e europeu.

O inconsciente, longe de ser compreendido como uma instância puramente individual ou uma cena de dramas familiares desconectados do tecido social, revela-se como um espaço privilegiado onde as forças macropolíticas se inscrevem na micropolítica do particular, produzindo formas singulares e específicas de sofrimento (Safatle, 2025). É neste território que a promessa emancipatória da universidade, seu ideal iluminista de formar cidadãos críticos, autônomos e promover a mobilidade social, se choca com sua prática material e simbolicamente excludente.

Esta não é uma contradição acidental, mas sim estrutural, a qual o filósofo Derrida (2003) identificou como parte da própria instituição universitária: a tensão entre o direito, em princípio, de "dizer tudo", que instaura a ideia da universidade, e suas condições materiais, simbólicas e epistêmicas que silenciam, deslegitimam, patologizam e excluem, de forma sistemática, determinadas vozes, corpos e saberes.

No contexto brasileiro, essa contradição foi analisada de modo contundente por Florestan Fernandes (1975), em sua interpretação sociológica da "revolução burguesa" no país. Para o autor, esse processo se realizou de forma conservadora, incorporando e atualizando antigas formas de dominação, como o racismo e o patriarcado, no interior das instituições. Entre elas, a universidade ocupa um lugar central (Meneses, 2021).

É nesse terreno que se instala — e tende a se agravar — o sofrimento sociopolítico (Rosa, 2021) daqueles que, mesmo tendo adentrado os espaços universitários, muitas vezes por meio de intensas lutas em torno das políticas de ação afirmativa, continuam sendo interpelados como corpos estranhos. São sujeitos constantemente lembrados de que "não deveriam" estar ali, experimentando o que Grada Kilomba (2019) denomina "episódios de racismo cotidiano".

A arquitetura epistêmica da universidade, portanto, não se limita a reproduzir desigualdades sociais preexistentes. Ela é um produtor ativo e eficaz de subjetividade e de hierarquias de conhecimento. O currículo, frequentemente apresentado como um conjunto neutro, objetivo e natural de conhecimentos essenciais para a formação em determinada área, é, na verdade, uma construção política e histórica profundamente marcada por relações de poder.

Grada Kilomba (2019, p. 31) sintetiza esse mecanismo com notável clareza ao afirmar que "o conhecimento é produzido de forma a centralizar a branquitude como sujeito universal do conhecimento e a marginalizar os sujeitos racializados como objetos de estudo". O sujeito do conhecimento, aquele que é implicitamente assumido, é o sujeito branco. Sua experiência concreta é tomada como a experiência

humana universal, seu modo específico de racionalidade é elevado à categoria de racionalidade por excelência e sua visão de mundo é naturalizada como a única válida e legítima.

Este processo de centralização e universalização do sujeito branco é sustentado e retroalimentado pelo que Maria Aparecida Silva Bento (2022) denomina de "pacto narcísico da branquitude". Trata-se de um acordo implícito, não declarado, mas extremamente eficaz, firmado entre pessoas brancas, que assegura a manutenção de seus privilégios epistêmicos, sociais e econômicos. Este pacto opera primordialmente através da invisibilização da branquitude como marca racial específica, transformando-a em norma universal, a partir da qual todas as outras racialidades são medidas. Este pacto protege a branquitude do confronto direto com a realidade do racismo, permitindo que seus integrantes se reconheçam sempre como indivíduos únicos e nunca como parte constitutiva de um grupo racial historicamente privilegiado.

Na microdinâmica da vida universitária, essas formas de exclusão se revelam de diversos modos. A ausência de autores negros, indígenas ou latino-americanos nas bibliografias obrigatórias é frequentemente naturalizada como "padrão" ou "essencial". As contribuições intelectuais de estudantes negros costumam ser ignoradas ou apropriadas por colegas brancos. E o sofrimento decorrente de experiências de racismo, quando relatado, é muitas vezes rapidamente medicalizado ou psicologizado. O pacto narcísico garante que a estrutura epistêmica excludente permaneça inquestionada, pois confrontá-la significaria romper com o conforto ilusório de uma neutralidade e universalidade imaginárias (Onocko-Campos, 2024; Bento, 2022).

O sujeito racializado é colocado na posição do "outro" do sujeito universal, o corpo estranho que ameaça a homogeneidade narcísica do pacto branco. A psicanalista Isildinha Baptista Nogueira (2021) avança nesta análise ao demonstrar como a "brancura" funciona, no contexto brasileiro, como um ideal estruturante do laço social, um significante mestre poderoso. Em contrapartida, a negritude é constantemente negada, desvalorizada, estigmatizada ou vista como um desvio a ser corrigido.

Neusa Santos Souza (2021) analisa este processo complexo de construção identitária em um ambiente social e acadêmico hostil. Tornar-se negro, no interior da universidade branca, significa ser obrigado a se reconhecer a partir do olhar depreciativo, objetificante e desumanizante do outro branco. A universidade, que deveria ser um espaço de ampliação dos horizontes subjetivos, transforma-se, para muitos, em um palco de violência epistêmica e de sofrimento.

Derrida (2003) defende a ideia de que a universidade deveria ser, por excelência, o lugar institucional do questionamento. Esta é a sua promessa emancipatória máxima, de ser um espaço de liberdade de pensamento sem restrições e de invenção

de futuros. No entanto, esta promessa esbarra constantemente, e de forma por vezes brutal, em suas condições concretas, materiais e simbólicas. Florestan Fernandes (1975) já demonstrava que a extensão e expansão da educação superior, longe de eliminar as heranças coloniais e escravocratas, as reconfigurou de maneira sofisticada, integrando-as à nova ordem social competitiva.

A universidade pública brasileira, por muito tempo um reduto quase exclusivo das elites, abriu-se parcialmente com a implementação das políticas de ação afirmativa, conquistadas após décadas de lutas dos movimentos sociais negros e indígenas. Contudo, esta abertura quantitativa não foi acompanhada, na maioria dos casos, por uma transformação estrutural profunda de sua cultura institucional, de seu currículo eurocêntrico, de suas metodologias de ensino e avaliação, e, sobretudo, de suas relações de poder profundamente assimétricas. O resultado desse descompasso é o que podemos denominar, de irreconciliação social, a impossibilidade vivida pelos sujeitos de grupos marginais de reconciliar a promessa formal da universidade, em relação à acolhimento, reconhecimento intelectual e mobilidade social, com a experiência concreta de exclusão, silenciamento, deslocamento e invisibilização (Safatle, 2025).

O relato de J. pode ser analisado a partir desse paradigma de irreconciliação social, o qual atravessa a experiência universitária contemporânea. J. ingressa no ensino superior carregando as expectativas de ascensão social e realização pessoal que historicamente caracterizaram o projeto moderno de universidade, mas encontrou-se confrontado com barreiras emocionais e institucionais que o impediram de avançar em seus estudos. Seu relato revela que estas barreiras não são apenas suas, ou seja, questões individuais de um estudante, mas de um sistema que exclui e silencia através da operação de dispositivos macro e micropolíticos que transformam diferenças de classe, raça e gênero em diferenças de mérito individual.

A inclusão numérica de grupos historicamente marginalizados nas universidades, conquistada por lutas sociais, não foi acompanhada por uma transformação substantiva da mentalidade docente e da estrutura curricular. O sujeito racializado e oriundo de classes populares é interpelado não pela sua potencialidade intelectual ou pela singularidade, mas por um suposto déficit, confirmando assim a tese de Fernandes (1975) de que a sociedade brasileira insiste em modernizar-se economicamente sem romper efetivamente com seus pactos de dominação.

Um bom exemplo disso é a configuração do corpo docente. Apesar de políticas afirmativas, a universidade mantém a hegemonia de homens brancos, sobretudo em cargos de gestão (coordenação, direção e reitoria), refletindo a continuidade do racismo estrutural e os efeitos da branquitude. Mesmo em áreas com maior presença feminina, como saúde, os espaços de prestígio permanecem concentrados em homens brancos, enquanto docentes negras se situam em áreas historicamente vinculadas ao cuidado. Essa configuração evidencia a importância de uma análise

interseccional, considerando como raça, gênero e classe se articulam para estruturar desigualdades e limitar o acesso a posições de poder (Traldi, 2024).

O sofrimento psíquico que daí advém está intimamente relacionado ao lugar social específico que se ocupa e à impossibilidade estrutural de se identificar plenamente com os ideais abstratos de excelência e universalidade propostos pela instituição (Safatle, 2016). Esta irreconciliação gera uma forma específica de mal-estar (Safatle, 2025). Não se trata apenas do "mal-estar na civilização" generalizado, descrito por Freud, mas de um mal-estar da colonialidade, um sofrimento historicamente situado e politicamente determinado. É um sofrimento marcado pela humilhação repetitiva, pelo desamparo discursivo e pelo que Mirian Debieux Rosa (2021) caracteriza como um "choque narcísico" de caráter traumático.

A violência do racismo, nesta perspectiva, não é apenas interpessoal ou institucional; é, antes de tudo, epistêmica e ontológica. Ela nega ao sujeito racializado o estatuto pleno de produtor de conhecimento legítimo, de sujeito do pensamento autônomo. Ele é constantemente colocado, ainda que de forma sutil, na incômoda posição de "alteridade", em relação ao chamado "núcleo duro" do conhecimento "universal" branco e eurocêntrico, sendo permanentemente questionado.

A noção provocadora de "inconsciente como hipótese política" (Safatle, 2025) apresenta-se como um caminho teórico particularmente fértil para pensar o que foi discutido até aqui. Se o inconsciente é, de fato, o lugar onde o político se inscreve no psiquismo, então a psicanálise não pode mais se dar ao luxo de ser um espaço de suposta neutralidade valorativa ou de abstinência política. Como lembra de forma contundente Frantz Fanon (2005), em contextos sociais marcados por opressões estruturais, a neutralidade pretensamente técnica é sempre, inevitavelmente, uma tomada de posição a favor da manutenção do *status quo* e, portanto, a favor do opressor.

A teoria e a escuta psicanalítica, quando articuladas criticamente ao contexto universitário, pode ser usada como uma ferramenta de desvelamento dessas marcas profundas que a colonialidade do saber imprime no psiquismo dos sujeitos. Ao acolher esse sofrimento em sua radical singularidade e, ao mesmo tempo, em um delicado movimento dialético, a psicanálise se mostra sensível para ouvir e articular essas determinações estruturais e históricas.

Psicanálise, escuta coletiva e politização do sofrimento

A psicanálise, quando articulada à teoria crítica e à filosofia política, revela-se como um instrumento capaz de ultrapassar o âmbito clínico individual e intervir nas estruturas de poder e opressão que atravessam, no caso específico do presente trabalho, a experiência universitária. Historicamente, a prática psicanalítica esteve centrada em sujeitos de classes abastadas, predominantemente brancos e residentes de grandes centros urbanos, limitando sua abertura para engajamentos críticos

frente às desigualdades sociais e às hierarquias de acesso à educação. O perfil social da comunidade psicanalítica e a centralidade do "drama familiar burguês" contribuíram para que a prática permanecesse isolada do debate político e social, limitando sua capacidade de intervir sobre as condições estruturais que produzem sofrimento (Safatle, 2025).

Nos últimos anos, a psicanálise brasileira tem ampliado seu campo de investigação, buscando compreender não apenas o impacto das transformações sociais, políticas e econômicas contemporâneas sobre o trabalho, a educação, as relações familiares e a sexualidade, mas também os efeitos duradouros de nossa história marcada pela escravidão, pelo racismo e pela violência estrutural. Essa abordagem articula a escuta clínica à análise das condições sociais e históricas que atravessam a vida subjetiva, evidenciando como o sofrimento psíquico se inscreve tanto nos contextos atuais quanto nas persistências de desigualdades e opressões históricas.

A prática analítica, ao assumir a hipótese política do inconsciente, reconhece que o sofrimento individual não se limita à esfera privada, sendo atravessado por forças macropolíticas e histórico-sociais que se inscrevem na micropolítica do sujeito (Safatle, 2025; Adorno, 2006). Compreendido nesse sentido, o inconsciente configura-se como um espaço anamórfico, que preserva o negativo e a não-nomeação, onde se acumulam tanto os traços da história individual quanto as marcas persistentes da história coletiva.

Trata-se de um *locus* de resistência e de potencialidade, capaz de fomentar a imaginação do porvir e a criação de utopias ainda não realizadas. Ao reconhecer a indeterminação produtiva do inconsciente, a psicanálise oferece um olhar sobre o sofrimento que vai além da mera incerteza, convertendo experiências de adoecimento em pistas sobre possibilidades de transformação no tecido social (Safatle, 2025; Adorno, 2006).

Neste contexto, a escuta psicanalítica coletiva emerge como uma prática de legitimação do sofrimento e de constituição de laços solidários. Ao acolher a experiência singular e situá-la nas relações de poder, a escuta comunitária cria espaços de reconhecimento mútuo, rompendo com a lógica de individualização e patologização que predomina na experiência universitária contemporânea (Brown, 2019; Han, 2022). As chamadas "comunidades de sintomas" configuram formas de laço social organizadas em torno do padecimento compartilhado, permitindo que estudantes e docentes experienciem uma co-presença afetiva que desafia a pressão por performance e produtividade (Dardot; Laval, 2016).

A escuta coletiva não é apenas um espaço de acolhimento; ela atua na dimensão política do psiquismo. Ao posicionar o analista como sujeito implicado, que nomeia as violências estruturais e questiona hierarquias institucionais, essa prática transforma relatos individuais em testemunhos críticos das contradições

sociais, convertendo a clínica em instrumento de análise e intervenção social (Fanon, 2005). A neutralidade, frequentemente defendida como virtude ética, revela-se, nesse contexto, uma forma de manutenção da ordem existente: não há escuta neutra frente a estruturas de poder que produzem sofrimento. Reconhecer a implicação do analista é reconhecer a responsabilidade da prática psicanalítica frente às dinâmicas institucionais e sociais.

A dimensão transferencial, tradicionalmente central na clínica individual, ganha novos contornos na escuta coletiva. Ela se transforma em um vetor capaz de questionar hierarquias, normas epistemológicas e relações de autoridade, promovendo efeitos terapêuticos que extrapolam o indivíduo e atingem a comunidade acadêmica. A transferência coletiva permite que relações de confiança, solidariedade e reconhecimento mútuo sejam instituídas, abrindo possibilidades de resistência à lógica de isolamento, competição e disciplinamento subjetivo (Roudinesco, 2000; Safatle, 2025).

A psicanálise, portanto, articula instrumentos para politizar o sofrimento: relatos individuais são transformados em análise crítica das relações sociais e o padecimento torna-se matéria de reflexão e intervenção coletiva. Esta prática possibilita reconstruir laços sociais enfraquecidos pela lógica neoliberal e criar ambientes acadêmicos nos quais a diferença, o conflito e a resistência não sejam patologizados, mas reconhecidos como fundamentos de uma convivência mais justa e democrática. Em última instância, a psicanálise passa a oferecer uma metodologia para desestabilizar estruturas de poder, transformar a experiência clínica em instrumento político e fomentar processos de emancipação subjetiva e coletiva (Roudinesco, 2000; Safatle, 2025).

O caso de J. evidencia que a escuta coletiva constituiu um espaço de reconhecimento e legitimação do sofrimento, possibilitando-lhe situar sua experiência individual em um contexto compartilhado e articular seu mal-estar às estruturas de poder presentes na instituição universitária.

Ao reconhecer a importância de sua contribuição para outros estudantes em situação semelhante, J. exemplifica como a escuta comunitária não apenas acolhe, mas também politiza o sofrimento. Essa prática transforma vivências subjetivas em testemunhos críticos das contradições institucionais.

Sua narrativa evidencia, ainda, a relevância de espaços como a Moradia Estudantil — mesmo marcada por precariedades — na constituição de laços de solidariedade e formas de resistência. O trabalho psicanalítico coletivo, nesse contexto, atua como instrumento de intervenção social, promovendo a construção de sentidos e vínculos que desafiam a lógica de individualização, competição e patologização predominante na experiência universitária contemporânea.

Considerações finais

O relato de J. ilustra de maneira contundente como o sofrimento universitário não pode ser compreendido apenas como uma questão individual, mas deve ser lido como um sintoma social que articula dimensões políticas, institucionais e subjetivas. Sua trajetória evidencia a operação simultânea de pressões neoliberais, exclusão epistemológica e tensões psíquicas, mostrando que o mal-estar estudantil é atravessado por determinantes sociais, econômicos, raciais e culturais.

Como homem negro, filho de trabalhadores precarizados, J. também experimenta a universidade como espaço de exclusão e irreconciliação social. A promessa de ascensão via ensino superior se contrapõe a barreiras institucionais e culturais que reproduzem desigualdades históricas, colocando-o em posição de inferioridade em relação ao aluno branco padrão. Essa experiência evidencia a operação da colonialidade do saber, que estrutura hierarquias epistêmicas e impõe padrões de excelência eurocêntricos.

Esse percurso ilustra ainda a tendência de medicalização do sofrimento estudantil, característica do modelo neoliberal que individualiza a responsabilidade e reduz questões estruturais a déficits ou disfunções individuais. A partir desse ponto de vista, o sofrimento de J. pode ser lido não apenas como efeito da sobrecarga acadêmica, mas como sinal de uma crise mais profunda no laço social universitário — um laço cada vez mais fragilizado pela lógica da concorrência e pela erosão dos espaços coletivos de escuta e elaboração. Nesse sentido, sua experiência convoca a psicanálise a interrogar o mal-estar contemporâneo na universidade, não como desvio individual, mas como sintoma de uma época que desautoriza a palavra e desloca o sujeito do campo do desejo para o da performance.

A análise da universidade neoliberal evidencia como a lógica da produtividade e da responsabilização individual transforma expectativas de emancipação em experiências de culpa, ansiedade e desamparo. Paralelamente, o exame da colonialidade e da branquitude revela que a universidade mantém estruturas históricas de exclusão epistemológica, colocando estudantes racializados e oriundos de classes populares em posição de subalternidade e invisibilização. Essas opressões se inscrevem na vida psíquica, sendo que a escuta psicanalítica pode permitir a politização do sofrimento, a partir da criação de espaços de acolhimento e ação coletiva.

O presente estudo revela que a escuta e a análise crítica podem transformar experiências individuais de adoecimento em instrumentos de compreensão das contradições estruturais da universidade. O caso de J. mostra que é possível identificar ciclos de sofrimento socialmente produzidos, os quais, se politizados e escutados de forma sensível, oferecem oportunidades para resistência e reorganização de laços coletivos.

A pesquisa confirma a necessidade de uma abordagem que articule a perspectiva psicanalítica às análises sociopolítica e decolonial, permitindo compreender o mal-estar universitário em suas múltiplas dimensões. A universidade, enquanto espaço potencial de emancipação, somente poderá exercer esse papel ao reconhecer e enfrentar as tensões estruturais que atravessam a vida estudantil, criando condições de escuta, acolhimento e ação coletiva.

Em síntese, o sofrimento universitário não se restringe à esfera individual ou clínica, mas expressa também dimensões sociais e políticas, cuja apreensão exige uma leitura crítica, interdisciplinar e sensível às relações de poder que sustentam a instituição.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. (2006). *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BENTO, M. A. S. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.

BIRMAN, J. (2019). *Mal-estar na atualidade*: A psicanálise e as novas formas de subjetivação. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BROWN, W. (2019). *O desfazer do demos*: a revolução furtiva do neoliberalismo. Trad. Equipe Boitempo. São Paulo: Boitempo.

COSTA, A. K. O. (2024). "Aspectos sociopolíticos do sofrimento psíquico: Desesperança, individualização e controle das subjetividades como estratégias neoliberais". In: *Perspectivas Sociais* 10 (1): p. 108-27. https://doi.org/10.15210/rps.v10i01.26902.

DARDOT, P. ; LAVAL, C. (2016). *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

DEBIEUX, M. (2021). *A dimensão sociopolítica do sofrimento*: clínica psicanalítica e política. São Paulo: Editora Ideias e Letras.

DERRIDA, J. (2003). A universidade sem condição. São Paulo: Estação Liberdade.

DUNKER, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*: Uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo.

EHRENBERG, A. (2010). *O culto da performance*: Da aventura empreendedora à depressão nervosa. São Paulo: Ideias & Letras.

FANON, F. (2005). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

FARIAS, A. L. (2020). *O mal-estar da crise ambiental*: uma contribuição da psicanálise à educação ambiental. PhD diss., Universidade Federal do Paraná. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/68797.

FERNANDES, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FREUD, S. (2011 [1921]). "Psicologia das massas e análise do eu". In *Obras completas*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2010 [1930]). "O mal-estar na civilização". In *Obras completas*, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras.

HAN, B.-C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes.

_____. (2021). *Sociedade paliativa*: a dor hoje. Translated by Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes.

KILOMBA, G. (2019). *Memórias da plantação*: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó.

MENESES, J. (2021). "Florestan Fernandes e a teoria da revolução burguesa no Brasil". In: *Serviço Social & Sociedade* 224: p. 224-243. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.247.

NOGUEIRA, I. B. (2021). *A cor do inconsciente*: significações do corpo negro. 1st ed. São Paulo: Perspectiva.

ONOCKO-CAMPOS, R. (2024). "O pacto da branquitude: saberemos nós brancos rompê-lo?". In: *Ciência & Saúde Coletiva* 29 (3): e11912023. https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.11912023.

QUIJANO, A. (2005). "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, E. *A colonialidade do saber*: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, p. 117-142. Buenos Aires: CLACSO.

ROSA, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura*: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento. Livre-docência thesis, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. https://psicanalisepolitica.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/psicanc3a1lise-cultura-e-polc3adtica-livre-docencia-maio-2015impresso.pdf.

ROSA, M. D. (2022). "Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica". In: *Psicologia: Ciência e Profissão* 42: e242179. https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RKgPXpGHZ8YwHd9PHGGtnf/?format=html&lang=pt

ROUDINESCO, É. (2000). *Por que a psicanálise*? Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SAFATLE, V. (2016). *O circuito dos afetos*: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Autêntica.

_____. (2025). "Transformar a psicanálise em uma arma: Lutas sociais e silenciamento no contexto". In: Ágora (Rio de Janeiro) 28: e298691. https://doi.org/10.1590/1809-4414-2025-298691.

SILVA JÚNIOR, N. (2018). "O mal-estar no sofrimento e a necessidade de sua revisão pela psicanálise". In: SAFATLER, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. *Patologias do social*: Arqueologias do sofrimento psíquico. Porto Alegre: Autêntica.

SOUZA, N. S. (2021). *Tornar-se negro*: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Editora Record.

TRALDI, B. (ET AL). (2024). "Mal-estar docente na universidade em tempos neoliberais: Uma discussão psicanalítica e interseccional". In: *APRENDER* - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação 31: p. 233-249. https://doi.org/10.22481/aprender.i31.14577.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.